

ACEF/1213/08682 — Relatório preliminar da CAE

Caracterização do ciclo de estudos

Perguntas A.1 a A.10

A.1. Instituição de Ensino Superior / Entidade Instituidora:

Universidade Do Algarve

A.1.a. Outras Instituições de Ensino Superior / Entidades Instituidoras:

A.2. Unidade(s) orgânica(s) (faculdade, escola, instituto, etc.):

Faculdade de Ciências e Tecnologia (UAlg)

A.3. Ciclo de estudos:

Engenharia Informática

A.4. Grau:

Licenciado

A.5. Publicação do plano de estudos em Diário da República (nº e data):

<sem resposta>

A.6. Área científica predominante do ciclo de estudos:

Informática

A.7.1 Classificação da área principal do ciclo de estudos de acordo com a Portaria nº 256/2005, 16 de Março (CNAEF):

523

A.7.2 Classificação da área secundária do ciclo de estudos de acordo com a Portaria nº 256/2005, 16 de Março (CNAEF), se aplicável:

<sem resposta>

A.7.3 Classificação de outra área secundária do ciclo de estudos de acordo com a Portaria nº 256/2005, 16 de Março (CNAEF), se aplicável:

<sem resposta>

A.8. Número de créditos ECTS necessário à obtenção do grau:

180

A.9. Duração do ciclo de estudos (art.º 3 Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março):

3 anos (6 semestres)

A.10. Número de vagas aprovado no último ano lectivo:

40

Relatório da CAE - Ciclo de Estudos em Funcionamento

Pergunta A.11

A.11.1.1. Condições de acesso e ingresso, incluindo normas regulamentares

Existem, são adequadas e cumprem os requisitos legais

A.11.1.2. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas.

Os requisitos de entrada encontram-se especificados, são adequados para o nível do ciclo de estudos e cumprem a legislação em vigor.

A.11.2.1. Designação

É adequada

A.11.2.2. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas.

A designação "Engenharia Informática" está bem estabelecida em Portugal.

A.11.3.1. Estrutura curricular e plano de estudos

Satisfaz as condições legais

A.11.3.2. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas.

A estrutura curricular está definida e respeita os princípios de Bolonha (180 ECTS em 3 anos).

A.11.4.1 Docente(s) responsável(eis) pela coordenação da implementação do ciclo de estudos

Foi indicado e tem o perfil adequado

A.11.4.2. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas.

O docente responsável pela coordenação do ciclo de estudos é doutorado e é professor associado da Universidade do Algarve em tempo integral.

Pergunta A.12

A.12.1. Existem locais de estágio e/ou formação em serviço.

Não

A.12.2. São indicados recursos próprios da instituição para acompanhar os seus estudantes no período de estágio e/ou formação em serviço.

Não aplicável

A.12.3. Existem mecanismos para assegurar a qualidade dos estágios e períodos de formação em serviço dos estudantes.

Não aplicável

A.12.4. São indicados orientadores cooperantes do estágio ou formação em serviço, em número e qualificações adequadas (para ciclos de estudos de formação de professores).

Não aplicável

A.12.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

NA

A.12.6. Pontos Fortes.

NA

A.12.7. Recomendações de melhoria.

NA

1. Objectivos gerais do ciclo de estudos

1.1. Os objectivos gerais definidos para o ciclo de estudos foram formulados de forma clara.

Sim

1.2. Os objectivos definidos são coerentes com a missão e a estratégia da instituição.

Sim

1.3. Os docentes envolvidos no ciclo de estudos, bem como os estudantes, conhecem os objectivos definidos.

Sim

1.4. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

O objectivo principal é o ensino em banda larga com uma forte componente prática, que deixa todas as opções em aberto: continuação para mestrado e saída para o mercado de trabalho.

A UAlg definiu o seu desenvolvimento estratégico em torno de quatro áreas temáticas, ditas áreas-âncora. Embora a Informática não seja uma delas, com o seu carácter transversal poderá prestar um contributo essencial ao desenvolvimento das áreas-âncora.

A informação sobre os objectivos do ciclo de estudos é divulgada por diversos meios, incluindo a publicação de toda a informação na rede.

1.5. Pontos Fortes.

A existência de um plano estratégico da UAlg, que pode influenciar positivamente o desenvolvimento do próprio Departamento e da LEI.

1.6. Recomendações de melhoria.

Recomenda-se que a colaboração com as áreas-âncora da UAlg seja integrada na estratégia do Departamento e que os docentes sejam estimulados a procurar formas de a promover.

2. Organização interna e mecanismos de garantia da qualidade

2.1. Organização Interna

2.1.1. Existe uma estrutura organizacional adequada responsável pelos processos relativos ao ciclo de estudos.

Sim

2.1.2. Existem formas de assegurar a participação activa de docentes e estudantes nos processos de tomada de decisão que afectam o processo de ensino/aprendizagem e a sua qualidade.

Sim

2.1.3. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

A organização interna segue a estrutura tradicional nas Universidades portuguesas. Os órgãos de cúpula (Reitor, Senado, Director, Conselho Científico) aprovam e/ou pronunciam-se sobre propostas que lhes são apresentadas, quer por Comissões de Curso quer por (órgãos dos) Departamentos.

Quer docentes quer alunos participam em processos de tomada de decisão através da sua presença em órgãos académicos. A Associação de Estudantes constitui outro meio de participação dos alunos, pelas relações que mantém com os órgãos académicos.

2.1.4. Pontos Fortes.

Uma boa relação de colaboração entre alunos e docentes.

2.1.5. Recomendações de melhoria.

2.2. Garantia da Qualidade

2.2.1. Foram definidos mecanismos de garantia da qualidade para o ciclo de estudos.

Em parte

2.2.2. Foi designado um responsável pelo planeamento e implementação dos mecanismos de garantia da qualidade.

Sim

2.2.3. Existem procedimentos para a recolha de informação, acompanhamento e avaliação periódica do ciclo de estudos.

Em parte

2.2.4. Existem formas de avaliação periódica das qualificações e competências dos docentes para o desempenho das suas funções.

Sim

2.2.5. Os resultados das avaliações do ciclo de estudos são discutidos por todos os interessados e utilizados na definição de acções de melhoria.

Em parte

2.2.6. O ciclo de estudos já foi anteriormente avaliado/acreditado.

Em parte

2.2.7. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

Existem vários mecanismos de garantia de qualidade, como a realização de inquéritos, a avaliação dos docentes, a divulgação de informação. Existe um órgão (SIPA, item 2.2.1) para acompanhar o processo de ensino/aprendizagem, mas todo o processo de acompanhamento/avaliação/melhoria ainda necessita de aperfeiçoamento.

O ciclo de estudos foi submetido a avaliação preliminar da A3ES.

2.2.8. Pontos Fortes.

2.2.9. Recomendações de melhoria.

Para que o SIPA se torne verdadeiramente útil para a melhoria do curso, fornecendo informações rigorosas e em tempo útil, as principais fontes de ineficiência, que são conhecidas, têm de ser examinadas e corrigidas. O facto de o sistema de qualidade não ter consequências cria a ideia da sua inutilidade e não estimula a cooperação de docentes e alunos em tarefas como o preenchimento de inquéritos ou fichas de disciplinas.

3. Recursos materiais e parcerias

3.1. Recursos materiais

3.1.1. O ciclo de estudos possui as instalações físicas necessárias ao cumprimento sustentado dos objectivos estabelecidos.

Sim

3.1.2. O ciclo de estudos possui os equipamentos didácticos e científicos e os materiais necessários ao cumprimento sustentado dos objectivos estabelecidos.

Em parte

3.1.3. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

A qualidade e número de salas de aula e laboratórios são adequadas para o curso e para o número de alunos inscritos. Já o equipamento dos laboratórios mereceu críticas dos alunos devido à sua antiguidade e escassez. A biblioteca, embora com excelentes instalações, também mostra desactualização nos livros de Informática. No primeiro caso foi apontado que muitos alunos preferem utilizar equipamento próprio; no segundo caso foi mencionada a tendência crescente de utilização de bibliografia sob forma digital.

3.1.4. Pontos Fortes.

Um campus universitário novo, com instalações modernas e distâncias curtas.

3.1.5. Recomendações de melhoria.

Os laboratórios de ensino devem permitir em certos casos que os alunos utilizem equipamentos pessoais, mas devem igualmente dispor de equipamento próprio de qualidade e actualizado em proporção adequada.

A biblioteca não deve descurar a posse de obras de referência fundamentais e actualizadas nas principais áreas da Informática.

3.2. Parcerias

3.2.1. O ciclo de estudos estabeleceu e tem consolidada uma rede de parceiros internacionais.

Em parte

3.2.2. O ciclo de estudos promove colaborações com outros ciclos de estudo dentro da sua

instituição, bem como com outras instituições de ensino superior nacionais.

Em parte

3.2.3. Existem procedimentos definidos para promover a cooperação interinstitucional no ciclo de estudos.

Não

3.2.4. Existe uma prática de relacionamento do ciclo de estudos com o seu meio envolvente, incluindo o tecido empresarial e o sector público.

Em parte

3.2.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

A rede de parcerias é reduzida, até no âmbito do Erasmus.

A colaboração com outros ciclos de estudos reduz-se ao mestrado da mesma área. Durante as entrevistas foram referidos entendimentos com outras universidades nacionais, nomeadamente as Universidades de Évora e da Beira Interior, com quem poderão vir a constituir parcerias para diversas finalidades. Algumas disciplinas participam em projectos transversais envolvendo empresas, sendo esta uma prática continuada com resultados positivos.

3.2.6. Pontos Fortes.

A existência de um Gabinete de Relações Internacionais e Mobilidade.

3.2.7. Recomendações de melhoria.

Desenvolver uma rede mais ampla de parcerias centradas no ensino e na investigação, que poderiam começar pelo aprofundamento das relações existentes com as Universidades de Évora e da Beira Interior.

4. Pessoal docente e não docente

4.1. Pessoal Docente

4.1.1. O corpo docente cumpre os requisitos legais.

Sim

4.1.2. Os membros do corpo docente (em tempo integral ou parcial) têm a competência académica e experiência de ensino adequadas aos objectivos do ciclo de estudos.

Em parte

4.1.3. O número e o regime de trabalho dos membros do pessoal docente correspondem às necessidades do ciclo de estudos.

Sim

4.1.4. É definida a carga horária do pessoal docente e a sua afectação a actividades de ensino, investigação e administrativas.

Em parte

4.1.5. O corpo docente em tempo integral assegura a grande maioria do serviço docente.

Sim

4.1.6. A maioria dos docentes mantém a sua ligação ao ciclo de estudos por um período superior a três anos.

Sim

4.1.7. Existem procedimentos para avaliação da competência e do desempenho dos docentes do ciclo de estudos.

Sim

4.1.8. É promovida a mobilidade do pessoal docente, quer entre instituições nacionais, quer internacionais.

Não

4.1.9. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

A proporção de docentes com doutoramento em Informática é marcadamente

inferior ao peso relativo da área científica da Informática no ciclo de estudos. Verifica-se também um desequilíbrio entre as sub-áreas de competência em Informática, com falta de massa crítica em algumas sub-áreas nucleares.

4.1.10. Pontos Fortes.

4.1.11. Recomendações de melhoria.

Embora fosse desejável aumentar a proporção de docentes doutorados em Informática, aproximando-a do peso da mesma área na licenciatura, tal não se afigura viável de forma significativa na presente conjuntura. Os docentes têm vindo a orientar a sua investigação para o domínio da Informática, frequentemente em áreas de aplicação, mas subsistem lacunas em áreas fundamentais. Formas de compensar este desequilíbrio devem ser procuradas activamente, como o estabelecimento de parcerias com outras instituições, tanto para o ensino como para a investigação. As competências científicas do corpo docente determinam fortemente as áreas de actuação do Departamento, condicionando o seu posicionamento estratégico, razão pela qual o assunto merece a devida atenção.

4.2. Pessoal Não Docente

4.2.1. O pessoal não docente tem a competência profissional e técnica adequada ao apoio à leccionação do ciclo de estudos.

Sim

4.2.2. O número e o regime de trabalho do pessoal não docente correspondem às necessidades do ciclo de estudos.

Em parte

4.2.3. O desempenho do pessoal não docente é avaliado periodicamente.

Sim

4.2.4. O pessoal não docente é aconselhado a frequentar cursos de formação avançada ou de formação contínua.

Sim

4.2.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada. O pessoal não docente tem todas as competências e a motivação para realizar o seu trabalho, embora nas entrevistas os alunos tenham observado que são em número insuficiente e os processos tornam-se mais lentos do que seria desejável.

4.2.6. Pontos Fortes.

4.2.7. Recomendações de melhoria.

5. Estudantes e ambientes de ensino/aprendizagem

5.1. Caracterização dos estudantes

5.1.1. Existe uma caracterização geral dos estudantes envolvidos no ciclo de estudos, incluindo o seu género, idade, região de proveniência e origem sócio-económica (escolaridade e situação profissional dos pais).

Sim

5.1.2. Verifica-se uma procura do ciclo de estudos por parte dos potenciais estudantes ao longo dos últimos 3 anos.

Em parte

5.1.3. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada. No período em avaliação, os números de vagas e de candidatos são muito próximos, o que tem como consequência uma classificação média de acesso baixa e que qualquer diminuição no número de candidaturas possa ter como efeito o não preenchimento de algumas vagas, como sucedeu em 2011/2012.

5.1.4. Pontos Fortes.

5.1.5. Recomendações de melhoria.

O aumento do número de candidatos ao curso não se resolve apenas com os candidatos oriundos do Algarve. É necessário encontrar formas de os recrutar noutras regiões do País e do estrangeiro. Para isso é necessário que o Departamento estruture uma proposta sólida, de características próprias, com base nas competências locais e numa rede de parcerias, e a saiba apresentar aos possíveis candidatos.

5.2. Ambiente de Ensino/Aprendizagem

5.2.1. São tomadas medidas adequadas para o apoio pedagógico e o aconselhamento sobre o percurso académico dos estudantes.

Sim

5.2.2. São tomadas medidas para promover a integração dos estudantes na comunidade académica.

Sim

5.2.3. Existe aconselhamento dos estudantes sobre a possibilidade de financiamento e de emprego.

Sim

5.2.4. Os resultados de inquéritos de satisfação dos estudantes são usados para melhorar o processo de ensino/aprendizagem.

Em parte

5.2.5. A instituição cria condições para promover a mobilidade dos estudantes.

Em parte

5.2.6. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

Existem na Universidade várias entidades de apoio aos alunos, sendo as que lhes são mais próximas as Comissões de Curso, o Gabinete de Apoio ao Estudante e o Gabinete de Mobilidade.

Para além de iniciativas pontuais para a recepção de novos alunos, existem outras actividades como o Dia da Faculdade e o Dia dos Segundos Ciclos.

O Gabinete de Saídas Profissionais e a Divisão de Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia estabelecem a ligação com o mundo empresarial e do trabalho, em particular dando apoio à criação de start-ups e spin-offs.

A UAlg dispõe de um Gabinete de Relações Internacionais e Mobilidade.

Realizam-se sessões de divulgação e esclarecimento, e apoiam-se de diversas formas estudantes que partem ou que chegam.

5.2.7. Pontos Fortes.

Todas as actividades relevantes estão apoiadas por estruturas organizativas criadas para o efeito.

5.2.8. Recomendações de melhoria.

As saídas de alunos no âmbito do programa Erasmus são inexpressivas. Para além de dificuldades financeiras, os alunos apontaram durante as entrevistas entraves de ordem pedagógico-administrativa ligados com a exigência de obterem equivalência das disciplinas que irão frequentar a disciplinas do curso. Reconhecendo que alguma forma de supervisão e de validação deva existir, recomendase contudo alguma flexibilidade nesta matéria para facilitar o acesso

a uma experiência que pode ser marcante na formação académica dos alunos.

6. Processos

6.1. Objectivos de Ensino, Estrutura Curricular e Plano de Estudos

6.1.1. Estão definidos os objectivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências) a desenvolver pelos estudantes e foram operacionalizados os objectivos permitindo a medição do grau de cumprimento.

Sim

6.1.2. A estrutura curricular corresponde aos princípios do Processo de Bolonha.

Sim

6.1.3. Existe um sistema de revisão curricular periódica que assegura a actualização científica e de métodos de trabalho.

Sim

6.1.4. O plano de estudos garante a integração dos estudantes na investigação científica.

Não

6.1.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

Para além de competências técnicas (a maioria), são referidos como objectivos de aprendizagem o trabalho em equipa, a interacção com outras equipas e a capacidade de diálogo com interlocutores especializados e não especializados. Para a medição do grau de cumprimento apontam-se a presença em aulas e seminários extraordinários e as avaliações, incluindo exames, trabalhos práticos e projectos. Os objectivos técnicos, de grande abrangência, caracterizam uma licenciatura de largo espectro.

Mesmo não estando formalmente definida uma periodicidade, há a preocupação em fazer actualizações curriculares com regularidade (e.g. cadeiras de teor mais fundamental de 3 em 3 anos, de pendor tecnológico de 2 em 2).

A empregabilidade tem prioridade sobre a investigação científica, que é relegada para estudos mais avançados.

6.1.6. Pontos Fortes.

Nas entrevistas os alunos manifestaram agrado com os aspectos técnicos da licenciatura, destacando nomeadamente as disciplinas de programação e afirmando que a Universidade devia tornar visível o facto de que é forte em programação.

6.1.7. Recomendações de melhoria.

6.2. Organização das Unidades Curriculares

6.2.1. São definidos os objectivos da aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências) que os estudantes deverão desenvolver em cada unidade curricular.

Sim

6.2.2. Existe coerência entre os conteúdos programáticos e os objectivos de cada unidade curricular.

Sim

6.2.3. Existe coerência entre as metodologias de ensino e os objectivos de cada unidade curricular.

Sim

6.2.4. Existem mecanismos para assegurar a coordenação entre as unidades curriculares e os seus conteúdos.

Sim

6.2.5. Os objectivos de cada unidade curricular são divulgados entre os docentes e os estudantes.

Sim

6.2.6. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

Cada unidade curricular tem definidos os objectivos de aprendizagem, o programa e as metodologias de ensino compatíveis com os objectivos.

Há órgãos próprios, como a Comissão de Curso, onde a coordenação entre as unidades curriculares pode ser efectuada.

A página da LEI na rede contém informação adequada sobre todas as disciplinas, incluindo objectivos, competências, programa, avaliação, metodologias de ensino e bibliografia.

6.2.7. Pontos Fortes.

Corpo docente experiente, competente e dedicado. Ênfase nas aplicações, com destaque para a realização de trabalhos práticos através de projectos de carácter transversal com empresas, em que as fases de análise de requisitos, modelação e programação são realizadas no âmbito de disciplinas diferentes.

6.2.8. Recomendações de melhoria.

Repensar: a criação de disciplinas opcionais; a redução das duas disciplinas de Física a uma só; proceder à actualização de conteúdos, abordagens e bibliografia em disciplinas onde se encontram desactualizados; tirar maior partido da competência docente em SI, que se afigura algo desaproveitada.

6.3. Metodologias de Ensino/Aprendizagem

6.3.1. As metodologias de ensino e as didácticas estão adaptadas aos objectivos de aprendizagem das unidades curriculares.

Sim

6.3.2. A carga média de trabalho necessária aos estudantes corresponde ao estimado em ECTS.

Em parte

6.3.3. A avaliação da aprendizagem dos estudantes é feita em função dos objectivos da unidade curricular.

Sim

6.3.4. As metodologias de ensino facilitam a participação dos estudantes em actividades científicas.

Em parte

6.3.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

Distinguem-se metodologias para as disciplinas nucleares, mais tradicionais, e metodologias para as disciplinas específicas do curso, mais centradas no estudante, com base em trabalho em grupo, elaboração de relatórios e apresentação pública, entre outras.

A monitorização da carga de trabalho nas unidades curriculares está a cargo da comissão da LEI, mas não há indicação de quaisquer mecanismos específicos para o efeito.

Os métodos de avaliação estão descritos nas fichas das unidades curriculares, que são aprovadas pela comissão de curso. Os inquéritos a alunos e docentes permitem verificar o cumprimento do que foi estipulado.

Não sendo um objectivo do curso, não há participação directa dos estudantes em actividades científicas, embora os trabalhos de algumas unidades curriculares requeiram actividades de pesquisa.

6.3.6. Pontos Fortes.

Ensino com forte componente prática.

6.3.7. Recomendações de melhoria.

Os alunos entram na Universidade com insuficiências na sua formação, o que justifica em parte as elevadas taxas de insucesso que se verificam nas disciplinas. É uma situação que precisa de ser combatida com um esforço coordenado e continuado, com múltiplas medidas, que é urgente aplicar.

7. Resultados

7.1. Resultados Académicos

7.1.1. O sucesso académico da população discente é efectivo e facilmente mensurável.

Em parte

7.1.2. O sucesso académico é semelhante para as diferentes áreas científicas e respectivas unidades curriculares.

Não

7.1.3. Os resultados da monitorização do sucesso escolar são utilizados para a definição de acções de melhoria no mesmo.

Não

7.1.4. Não há evidência de dificuldades de empregabilidade dos graduados.

Sim

7.1.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

O escrutínio rigoroso, em tempo real, do sucesso académico, não tem sido possível. As percentagens dos números de diplomados é relativamente baixa (significativamente inferior ao número de inscritos) e mostra tendência para descer nos três anos indicados (no terceiro ano é cerca de 35% inferior ao primeiro).

As áreas científicas agrupam-se sensivelmente em três categorias relativamente às taxas de sucesso. Matemática e Física têm as taxas de sucesso mais baixas, seguindo-se Ciência de Computadores, e finalmente Ciências da Comunicação e Economia.

A quase totalidade dos graduados assegurou emprego na área científica do curso.

7.1.6. Pontos Fortes.

A empregabilidade é um ponto forte, embora seja comum na área das TI.

7.1.7. Recomendações de melhoria.

Não são aceitáveis taxas de retenção na casa dos 20% sobre o total dos inscritos ou inferiores a 50% no universo dos avaliados, que se verificam em Matemática e, em grau ligeiramente inferior, em Física (e mesmo em Ciência de Computadores em 2009/10, mas com melhorias substanciais nos anos seguintes). Trazer as taxas de sucesso para níveis aceitáveis é tarefa prioritária.

7.2. Resultados da actividade científica, tecnológica e artística

7.2.1. Existem Centro(s) de Investigação reconhecido(s), na área científica do ciclo de estudos onde os docentes desenvolvam a sua actividade.

Em parte

7.2.2. Existem publicações científicas do corpo docente do ciclo de estudos em revistas internacionais com revisão por pares, nos últimos 3 anos e na área do ciclo de estudos.

Sim

7.2.3. Existem outras publicações científicas relevantes do corpo docente do ciclo de estudos.

Sim

7.2.4. As actividades científicas, tecnológicas e artísticas têm uma valorização e impacto no desenvolvimento económico.

Em parte

7.2.5. As actividades científica, tecnológica e artística estão integradas em projectos e/ou parcerias nacionais e internacionais.

Em parte

7.2.6. Os resultados da monitorização das actividades científica, tecnológica e artística são usados para a sua melhoria.

Em parte

7.2.7. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

Não existe um centro de investigação em Informática na Universidade do Algarve. Os docentes desenvolvem a sua investigação no Centro de Electrónica Optoelectrónica e Telecomunicações da UAlg (class. "Muito Bom") ou em Centros sediados em outras instituições, geralmente muito bem classificados.

O impacto das actividades científica e tecnológica no desenvolvimento económico manifesta-se sobretudo em três projectos QREN, realizados em colaboração com empresas.

Há um número significativo de projectos e parcerias nacionais e internacionais.

A monitorização das actividades científica e tecnológica faz-se sobretudo pelo Vice-Reitor para os assuntos científicos e através das avaliações do centros de investigação pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

7.2.8. Pontos Fortes.

7.2.9. Recomendações de melhoria.

Vários grupos realizam investigação de qualidade, mas faltam uma visão global e um sentido de comunidade assentes numa estratégia de conjunto, uma definição clara das principais áreas de intervenção, um posicionamento face às áreas-âncora da Universidade, um plano para a melhoria da qualidade.

7.3. Outros Resultados

7.3.1. No âmbito do presente ciclo de estudos, existem actividades de desenvolvimento tecnológico e artístico, prestação de serviços à comunidade ou formação avançada.

Sim

7.3.2. O ciclo de estudos contribui para o desenvolvimento nacional, regional e local, a cultura científica e a acção cultural, desportiva e artística.

Sim

7.3.3. O conteúdo das informações sobre a instituição, o ciclo de estudos e o ensino ministrado são realistas.

Sim

7.3.4. Existe um nível significativo de internacionalização do ciclo de estudos.

Em parte

7.3.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

Estudantes participam em projectos de curta duração com o exterior, docentes dão consultoria e cursos de formação avançada de curta duração.

A contribuição para o desenvolvimento regional faz-se sobretudo pela colocação de licenciados em empresas regionais, mas também pela organização de conferências e concursos de programação, prestação de serviços e criação de "start-ups".

A principal forma de difusão da informação é através da página da UAlg na internet, que apresenta a informação relevante de forma clara e concisa. A mobilidade de alunos para o exterior é reduzida. A percentagem de docentes estrangeiros é elevada.

7.3.6. Pontos Fortes.

A existência de uma significativa percentagem de professores estrangeiros traz consigo uma experiência variada que representa um enriquecimento do ensino.

7.3.7. Recomendações de melhoria.

8. Observações

8.1. Observações:

No PDF anexo apresenta-se uma identificação dos principais pontos fortes da Universidade do Algarve na área da Engenharia Informática, tal como percepcionados pela CAE, e um conjunto de sugestões para reflexão e melhoria.

8.2. Observações (PDF, máx. 100kB):

8.2._UAlg Observations Section 8.pdf

9. Comentários às propostas de acções de melhoria

9.1. Objectivos gerais do ciclo de estudos:

Nenhuma acção concreta é proposta. (É manifestado o desejo de criar disciplinas opcionais, o que se reconhece ser inviável no imediato, dado o limitado número de docentes. Discutem-se algumas possibilidades de superar esta situação.)

9.2. Alterações à estrutura curricular:

Nenhuma

9.3. Alterações ao plano de estudos:

Nenhuma

9.4. Organização interna e mecanismos de garantia da qualidade:

A única medida proposta é o aumento do apoio administrativo, mas a sua concretização escapa ao controlo do Departamento. O sistema de qualidade existe, tem uma gestão ineficiente e sem consequências, em parte por falta de apoio administrativo, mas também por falta de participação de docentes e alunos, que é indispensável motivar e ganhar para a causa.

9.5. Recursos materiais e parcerias:

Propõe-se a aquisição de equipamento (recorrendo a verbas próprias do Departamento), o que parece adequado. A UAlg devia investir na criação de parcerias que lhe permitissem desenvolver aspectos onde mantêm algumas insuficiências, tanto a nível do ensino como da investigação.

9.6. Pessoal docente e não docente:

Propõe-se a contratação de docentes e de pessoal técnico, o que não depende directamente do Departamento. O pessoal docente é dedicado e competente, mas nas entrevistas ficou patente um certo desencanto, atribuível aos desafios que se colocam ao Departamento e à ausência de uma estratégia e uma liderança claras para os enfrentar.

9.7. Estudantes e ambientes de ensino/aprendizagem:

Apresenta-se um conjunto de intenções que parecem apropriadas, embora não se indiquem formas de as realizar.

9.8. Processos:

Propõe-se a criação de mecanismos de controlo efectivo sobre a entrega das fichas e relatórios de unidades curriculares.

9.9. Resultados:

É proposto que se devem tomar medidas para diminuir o insucesso escolar, embora também aqui não se diga como. Não se impõem prazos.

10. Conclusões

10.1. Recomendação final.

O ciclo de estudos deve ser acreditado

10.2. Fundamentação da recomendação:

Conforme argumentado neste relatório e no anexo à sua secção 8, a Universidade do Algarve apresenta boas condições para a leccionação deste ciclo de estudos, que satisfaz os requisitos de uma licenciatura de qualidade em Engenharia Informática. Existe, contudo, um conjunto de aspectos que, numa perspectiva da melhoria da qualidade, se afigura merecerem atenção:

* Recomenda-se que a colaboração com as áreas-âncora da Universidade do Algarve seja integrada na estratégia do Departamento e que os docentes sejam estimulados a procurar formas de a promover.

* Para que o SIPA se torne verdadeiramente útil para a melhoria do curso, fornecendo informações rigorosas e em tempo útil, as principais fontes de ineficiência – que são conhecidas – têm de ser examinadas e corrigidas. O facto de o sistema de qualidade não ter consequências cria a ideia da sua inutilidade e não estimula a cooperação de docentes e alunos em tarefas como o preenchimento de inquéritos ou fichas de disciplinas.

* Os laboratórios de ensino devem permitir que os alunos utilizem equipamentos pessoais, mas devem também dispor de equipamento próprio de qualidade e actualizado em proporção adequada.

* A biblioteca não deve descurar a posse de obras de referência fundamentais e actualizadas nas principais áreas da Informática.

* Desenvolver uma rede mais ampla de parcerias centradas no ensino e na investigação, que poderiam começar pelo aprofundamento das relações existentes com as Universidades de Évora e da Beira Interior.

* O corpo docente é dedicado e competente, mas nas entrevistas ficou patente algum desencanto, atribuível aos desafios que se colocam ao Departamento e à ausência de estratégia e liderança claras para os enfrentar.

* Embora fosse desejável aumentar a proporção de docentes doutorados em Informática, aproximando-a do peso da área na licenciatura, tal não se afigura significativamente viável na presente conjuntura. Os docentes têm vindo a orientar a investigação para o domínio da Informática, frequentemente em áreas de aplicação, mas subsistem lacunas em áreas fundamentais. Devem ser procuradas activamente formas de compensar este desequilíbrio, como o estabelecimento de parcerias com outras instituições, tanto para o ensino como para a investigação. As competências científicas do corpo docente determinam fortemente as áreas de actuação do Departamento, condicionando o seu posicionamento estratégico.

* O aumento do número de candidatos ao curso não se resolve apenas com os candidatos oriundos do Algarve. É necessário encontrar formas de os recrutar noutras regiões do País e do estrangeiro. Para isso, é necessário que o Departamento estruture uma proposta sólida, de características próprias, com base nas competências locais e numa rede de parcerias e a saiba apresentar aos possíveis candidatos.

* O número de alunos que sai no âmbito do programa Erasmus é inexpressivo. Para além das

dificuldades financeiras, os alunos apontaram entraves pedagógico-administrativos ligados com a exigência de equivalências. Reconhecendo a necessidade de supervisão e validação, recomenda-se, contudo, flexibilidade nesta matéria, para facilitar o acesso a uma experiência que pode ser muito mais marcante para a formação dos alunos do que uma equivalência rigorosa.

* Repensar: a criação de disciplinas opcionais; a redução das duas disciplinas de Física a uma só; a actualização de conteúdos, abordagens e bibliografia nas disciplinas onde se encontram desactualizados; tirar maior partido da competência docente em SI, que se afigura desaproveitada.

* Os alunos entram na Universidade com insuficiências de formação que explicam em parte as elevadas taxas de insucesso em algumas disciplinas, mas essa situação tem de ser combatida com um esforço coordenado e continuado e múltiplas medidas, que é urgente aplicar.

* Não são aceitáveis as taxas de reprovação que se verificam em Matemática e, em grau inferior, em Física e, mesmo, em Ciência de Computadores em 2009/10 (embora com melhorias nos anos seguintes). É tarefa prioritária trazer as taxas de sucesso para níveis aceitáveis.

* Vários grupos realizam investigação de qualidade, mas faltam uma visão global e um sentido de comunidade assentes numa estratégia de conjunto, uma definição clara das principais áreas de intervenção, um posicionamento face às áreas-âncora da Universidade e um plano para a melhoria da qualidade.